ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO OCTOGÉSIMO SEXTO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA/RR, REALIZADA NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL – PARA TRATAR SOBRE O COMBATE E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL EM BOA VISTA.

Às dez horas do dia treze de junho de dois mil e dezessete, no Plenário **"Estácio Pereira de Mello",** sito na Avenida Ene Garcez, número novecentos e noventa e dois, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, realizou-se a **Audiência Pública** do Primeiro Período Legislativo de dois mil e dezessete da Décima Segunda Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a Presidência do senhor Vereador **JOSÉ FRANCISCO LOPES DE ALBUQUERQUE,** secretariado pelo senhor Vereador **ÍTALO OTÁVIO TEIXEIRA PINTO,** com a presença dos seguintes vereadores: **Aderval da Rocha Ferreira Filho, Aline Maria de Menezes Rezende Chagas, Genival Ferreira Lima, Idazio Chagas de Lima, Linoberg Barbosa de Almeida, Magnólia de Sousa Monteiro Rocha, Manoel Neves de Macêdo, Mirian dos Reis Melo, Nilvan Sousa dos Santos, Renato Andrade Queiroz, Rondinele de Sousa Oliveira, Wagner Silva Feitosa e Zélio dos Santos Mota. Secretário** – deu início à Audiência Pública**,** conforme Requerimento Nº 036/2017, de autoria do vereador José Francisco Lopes de Albuquerque. Chamou para composição da Mesa dos Trabalhos, o senhor Presidente **Mauricelio Fernandes de Melo –** cumprimentou todos os presentes e, em nome de Deus, declarou aberta a presente Audiência Pública. Em seguida, passou a palavra ao autor do Requerimento para dar prosseguimento aos trabalhos. **Secretário Ìtalo Otávio –** fez a leitura do Requerimento e convidou para compor a Mesa Diretora as seguintes autoridades: Juiz da Vara da Infância de Boa Vista – **Parima Veras;** Coordenadora do PETI Municipal – **Raimunda Lílian da C. Santos;** SETRABES/ Coordenadora Estadual do Peti e Presidente do FORPETI **– Rita Melo;** Procuradora do Ministério Público do Trabalho **- Priscila Amoreto;** Auditora da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego **– Thaís Silva de Castillo;** Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente/CMDA/BV – **Leidiane Pontes**, neste Ato substituindo a Senhora **Missilene do Amaral;** Representante da Policia Rodoviária Federal **– Verônica Cisz.** Em seguida passou a palavra para o Vereador Albuquerque, autor do Requerimento. **Presidente – Albuquerque** – cumprimentou todos os presentes e agradeceu a Deus pela oportunidade de estarem nesta Casa tratando de um assunto de grande relevância para o Estado e o Município; esclareceu que cada convidado teria o tempo de cinco minutos para o seu pronunciamento. Usou a tribuna para fazer suas considerações sobre o assunto. Presidente **Albuquerque** - agradeceu a presença de todos, e aos colegas por aprovarem o Requerimento desta Audiência, para tratar deste assunto tão relevante que é a erradicação

do trabalho infantil, o qual pôde observar nestes cinco meses de trabalho neste Município a demanda existente, daí viu a necessidade de uma discussão ampla, no âmbito nacional, estadual e municipal dentro da nossa realidade. Procurou fazer visitas nestes locais buscando em loco ver esta realidade. Explicou que esta audiência não está sendo realizada para responsabilizar ou não as Instituições que deveriam cuidar deste assunto, em nenhuma esfera, seja Federal, Estadual ou Municipal; é o compromisso da sociedade, da família em manter os seus filhos, seus adolescentes com uma consciência de vida, de dignidade, e é por este motivo que propôs esta discussão entre os entes responsáveis, os nobres vereadores e a sociedade como um todo. Anunciou a exibição de um vídeo alusivo ao tema sobre o que constatou com suas visitas, nas feiras e no lixão, onde crianças trabalham em condições sub-humanas, sem ter oportunidade de estudar e ter uma vida digna como é prevista na Constituição federal. Disse que qualquer cidadão que sair em busca desta realidade sobre trabalhos infantis irá encontrar, em vários outros lugares, como estacionamentos, oficinas dentre outros, isto falando da parte urbana da cidade, se partir para a parte rural iremos encontrar a mesma situação. Afirmou que conhece o Brasil, sabe da realidade, das limitações em que o país passa e das condições de vida que temos; fazendo uma análise da situação, encontra de um lado a Lei que proíbe o trabalho infantil, e por outro a realidade do pai de família, que prefere que seu filho o acompanhe para o trabalho, que ficar em casa só ou na rua correndo risco, esta é a justificativa muitas vezes usada; disse que compreende a situação do pai que tem medo que outra pessoa maldosa desvie seu filho do bom caminho, influenciando o para o mal ou fazendo maldades a ele. Existem Leis que protege e dá direitos as crianças e adolescentes, mas muitas vezes o Governo não cumpre com suas obrigações conforme determina a Constituição, são oferecidos na parcialidade, com atendimento restrito, que não abrange totalmente a demanda, deixando assim as famílias em dificuldades, sem ter onde colocar seus filhos para poderem ir atrás de dar uma vida digna para sua família. As crianças e adolescentes precisam de lugares para estudar, onde os formem pessoas de bem, para serem bons trabalhadores no futuro. Esta é uma situação que todos devem encarar, o Governo Estadual, Municipal e Federal, os Comitês, a Justiça como um todo representativa para que possa dar uma condição de vida e amanhã ter um cidadão saudável. Ressaltou que não poderia fechar os olhos para esta realidade, que os convocou para que passam dados do que estão sendo feito para amenizar esta situação. Em ato contínuo convidou para fazer uso da palavra, **Parima Veras** – saudou a todos na pessoa do vereador Albuquerque, disse que o problema existe em Boa Vista e é muito complexo, que temos crianças não só no lixo, mas na olaria, carvão, feiras, crianças pedindo na rua com os pais, este se acentuou neste último ano, trabalho estafante, o qual não se resolve punindo, só com fiscalização, e a Delegacia do Trabalho tem feito isto, tem feito blitz; explicou que o juizado da Infância pode multar em procedimento administrativo os pais por descumprimento do poder familiar, multa de três a

vinte salários mínimos, mas até hoje nunca conseguiu aplicar nenhuma multa, sempre advertência e orientação, porque acredita que multar seria tirar mais recursos ainda da família, o problema é social, nenhum pai ou mãe quer que seu filho fique realizando estes trabalhos, se o fazem realmente é por necessidade, isto deve ser enfrentado por programas sociais, todos sabem e repetem que criança tem direito a um crescimento pleno, de estudar, brincar, dentre outros, e isto lhe é tirado quando tem de trabalhar seja lá qual for o motivo; e se caso não houver programas sociais suficientes, como não há, o problema se agrava como está acontecendo na Vila Jardim que há crianças e adolescente morando sozinhos, porque os pais tem de ausentar para trabalhar, e isto não se resolve se não for por meio de uma ação articulada entre vários órgãos que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes; por isto tem de fazer funcionar a Rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, estão editando uma cartilha com todos os integrantes ou a maioria absoluta da rede com todos os dados para que possam ser acionados conforme as necessidades que vão ocorrendo durante os trabalhos; se tratando da situação do lixo, agora tem algumas ações que estão se concretizando, e com isto diminuirá o fluxo de crianças doentes no hospital, por frequentar ou trabalhar no lixão, este é um dos pontos mais grave e degradante, mas existem outros, onde todos desoportunizam as crianças e os adolescentes, e ninguém consegue quebrar o ciclo de pobreza, isso só se consegue com a educação. Conclui dizendo que todos que são funcionários Públicos que ganham dinheiro dessa sociedade tem de se unirem para resolver estes problemas graves que existem. **Lilian Santos -** cumprimentou todos os presentes, disse que trabalha no Programa da erradicação do trabalho infantil, e vai falar sobre as ações que realiza no Município; falou que o PET passou por um reordenamento e hoje fazem um trabalho de articulação em rede, trabalham em parceria com vários órgãos: Ministério do trabalho e emprego, Ministério Público do Trabalho o FORPET; com este reordenamento fazem um trabalho de prevenção, conscientização e mobilização, bem como busca de crianças e adolescentes em situação de trabalho, fazendo a identificação, para que possam ser acompanhados e assistidos pela gestão e pelo Município. Fazem este trabalho nas feiras livres onde encontra se muitas crianças, mas não são propriamente trabalhando, mas acompanhando os pais por não ter com quem ficar em casa, e por estarem ali acabam desenvolvendo alguma situação de trabalho; explicou que esta é a realidade hoje; que fazem mensalmente estas visas, e que o maior índice deste trabalho é na informalidade, na formalidade não existe porque a superintendência do Trabalho é muito atuante em Boa Vista. Informou que o PET realiza um trabalho de mobilização educacional, junto com as crianças e os seus pais, para que entendam que este trabalho ocasiona prejuízo à saúde, moral e prejuízo social, e com isto erradicar o trabalho infantil. Constataram com suas buscas que os casos de trabalho infantil aqui têm maior índice na faixa etária entre catorze a dezessete anos. Ressaltou que fizeram parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e SENAI para tentarem formar turmas de

aprendizes de crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade social, parceria esta de grande importância, porque estarão trabalhando, mas um trabalho protegido, garantido, onde eles possam aprender um ofício, ter uma renda; com isto tentando inseri-los em um programa de aprendizagem que é o foco no momento. **Rita Melo** - cumprimentou todos os presentes, disse que trabalha no Programa da erradicação do trabalho infantil, onde fazem atendimento nos quinze municípios, e existe cinco municípios que tem co-financiamento pelo governo Federal para executar as atividades contra o trabalho infantil, dando atividades extraescolares. Agradeceu ao vereador Albuquerque pela iniciativa, e afirmou que formando, e fortalecendo essa rede, com certeza não vão acabar com o trabalho infantil, mas vão amenizar até dois mil e vinte onde pretendem nacionalmente encerar o trabalho infantil. Agradeceu o MPT, a Superintendência Regional do Trabalho, cada Município que estão fazendo esta mobilização de conscientizar cada morador, fazendo Audiências Públicas com o intuito de realmente conscientizar a população para acabar com o trabalho infantil, quando encontradas crianças trabalhando, são retiradas e ficam na brinquedoteca. Ressaltou que cada um está fazendo seu papel, e solicitou o apoio de todos os vereadores e de toda a sociedade cível aqui presente, agradeceu. O vereador **Albuquerque** ressaltou que o PET, é um programa subsidiado financeiramente pelo Governo Federal, fiscalizado pelo governo estadual e executado pelo governo municipal. **Sra Priscila Moreto** - Procuradora do Ministério Público do Trabalho, cumprimentou a todos em nome do vereador Albuquerque, apresentou alguns slides referente ao assunto; em 2014 dados do PENAID com trabalho infantil no estado 123 mil entre crianças e adolescentes, sendo que 10.000 ocupadas no trabalho infantil, em 2015 houve um acréscimo de 136 mil, sendo 7.000 ocupando trabalho infantil, o estado de Roraima teve um avanço onde reduziu no quantitativo o trabalho infantil, mesmo o trabalho avançado, ainda existe muito a fazer. Explicou que fez uma fiscalização no aterro sanitário, e encontrou crianças trabalhando e viu a realidade do local. Há uma previsão na CLT da determinação as empresas cumprirem cota de aprendizagem, onde a empresa tem que cumprir um percentual entre 5 a 15%, com adolescentes e ao mesmo tempo na teoria fazendo junto ao sistema S, de aprendizado profissional e praticando; esta é uma forma é um caminho alternativo para construir enquanto sociedade, o Ministério Público do Trabalho fez um levantamento e as empresas em Boa Vista possui um défice de aprendizagem em torno de 180 vagas, então adolescestes podem estar inseridos nesta cota de aprendizagem profissional, então crianças e adolescentes vulneráveis que estão no lixão e feiras, podem ter essa oportunidade. Convidou a todos a participar de uma audiência pública promovida pelo Ministério Público em parceria com a Justiça do Trabalho, referente a este assunto, que será dia vinte e sete de junho no auditório do Ministério Público estadual, onde será lançada uma companha contra o trabalho infantil, com o objetivo de identificar estas crianças e adolescentes e inseri-los neste programa de aprendizagem profissional. Finalizou

parabenizando esta audiência, que demonstra uma preocupação desta Casa e da sociedade com a erradicação do trabalho infantil. **Thaís Silva** – Diretora da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, cumprimentou a todos presentes e agradeceu o convite do vereador Albuquerque; disse que para os que ainda não tem 18 anos, todas as formas de trabalho é infantil, que estão listados no Decreto e são conhecidos como o pior trabalho infantil na construção civil, trabalhos domésticos, lixão e feiras livres, mesmo estando acompanhados dos pais o trabalho é proibido e a sociedade tem que ter essa consciência, pois é visto como positivo o trabalho e natural, se é Lei tem que ser respeitada e cumprida; os malefícios existem, os serviços precoces mata, mutila e afastam as crianças e adolescentes da escola e compromete o futuro da criança e adolescente; enfatizou que para combater isso tudo, teríamos que estar em um país melhor, com boa educação, boa saúde para uma distribuição de renda mais igual; em Boa vista precisamos para enfrentar os 7.000 trabalhadores infantis que estão no mercado de trabalho, e de acordo com os dados do Ministério do Trabalho 575 já trabalham empregados como aprendiz ou empregado normal; ressaltou que para esta erradicação há a necessidade das parcerias entre os órgãos, que trabalhem em sintonia, explicou que o Ministério do Trabalho faz suas fiscalizações em parceria com o PET municipal e em alguns municípios de Boa Vista. **Leidiane Pontes** – Conselho Municipal da Criança – Cumprimentou a todos presentes, disse que hoje o Centro de Integração Empresa Escola tem 386 meninos que estão na aprendizagem, que saíram do trabalho infantil, trabalho periculoso, e em 2017 encaminharam efetivamente 27 meninos do conselho Tutela, e os outros são meninos carentes que necessitam de um trabalho regular. Há cinquenta e três anos o CCAA briga pela aprendizagem e inserção dos jovens no mercado de trabalho, aos 16 anos os jovens podem iniciar no programa de estágio, não tem vínculo empregatício, a partir de 14 anos o jovem tem a carteira assinada com 2% de FGTS, pediu encarecidamente a contribuição dos vereadores, para inserir esses jovens na aprendizagem e se colou a disposição para orientar. Disse que a única forma de tirar as crianças do lixão é a coleta seletiva, e que os senhores vereadores devem começar com a iniciativa, mobilizar a sociedade em relação a isto, que é algo que vai fazer a diferença. Ressaltou que está aqui representando a sociedade civil, buscando apoio para inserir cada vez mais adolescentes na aprendizagem. Agradeceu. **Verônica Sis** – Representante da Policia Rodoviária Federal – Cumprimentando a todos em nome do presidente, ressaltou que a nível de Brasil, isso é uma problemática que aflige também a Polícia Rodoviária, principalmente nas rodovias onde cruzam todos os Estados e Municípios, encontraram situações a nível nacional como em carvoaria, locais insalubres como em matas cortando arvores e quebrando castanhas em situações mais degradante possíveis; finalizou com o questionamento: o que podemos fazer para ser criado um local onde essas crianças possam aprender. Vereador **Ítalo Otávio** – cumprimenta aos presentes e agradece todos os servidores da Casa pela organização da audiência. Acerca do tema de que trata a presente

Audiência Pública, falou que já houve avanços, pois mudou a mentalidade, uma vez que a população, em sua grande maioria, não é mais tolerante nem insensível ao assédio sexual como era antes, prova disso, foi a operação ocorrida em dois mil e oito, contra a pedofilia, que prendeu vários empresários locais. Frisou que há cinco anos, foi preso um juiz do trabalho, condenado a trinta e seis anos, pelo mesmo motivo, então, isso significa que a sociedade está se transformando, inclusive, ele, quando era procurador, pediu, com sucesso, indenização de cunho civil para as crianças e adolescentes vítimas desse crime; mais uma vez demonstrou sua gratidão a todos pela oportunidade, especialmente ao Vereador Zélio Mota, por ter indicado o seu nome, recentemente, para receber o Título de Cidadão Boa-vistense. Agradeceu. **Presidente** – concordou com o convidado que o antecedeu especialmente no que diz respeito a dar feminilidade a percepção que temos sobre os problemas da vida e no que tange a fazer das mulheres, protagonistas desse jogo de transformação. Explicou que a ideia da Audiência é também construir elos da Rede de Proteção com a Câmara, tanto aqui em Boa Vista como também na zona rural e nas áreas indígenas. Aproveitou para agradecer a parceria com a Universidade Federal de Roraima - UFRR. **Andreza Ferreira** – após cumprimentos e agradecimentos, falou sobre a função dos conselheiros tutelares acerca dessa temática; explicou que o Conselho Tutelar recebe denúncias, através do disque cem, e muitas vezes precisa atuar nesse sentido, para suprir essa necessidade e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, porque a família, que deveria zelar por eles, na maioria dos casos, ela é omissa, ou seja, nem sempre desempenha o seu papel, até porque, em quase cinquenta por cento dos casos, esse ilícito é praticado por familiares das vítimas; que o Conselho não trabalha sozinho, mas em parceria com a Rede de Proteção e o Poder Judiciário; quando há um pedido de medida protetiva, porém, atua de forma autônoma e imediata, inclusive, retirando a criança ou o adolescente de sua casa, nos casos mais graves, e entregando-os prioritariamente à família extensa. Mas, quando isso não é possível, eles são entregues à Rede de Proteção. Informou que no ano de dois mil e dezesseis o Conselho atendeu, em média, cinquenta casos de abuso confirmados e, este ano, só até o mês de abril, já foram confirmados de dezesseis a dezessete casos, o que é preocupante; frisou que a escola é um fator primordial nesse processo, uma vez que os professores conseguem identificar a mudança de comportamento do aluno que é abusado e passam, conforme o Artigo 56 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, para o Conselho Tutelar, que toma as devidas providências; ressaltou que o Município proporciona uma estrutura adequada ao trabalho do Conselho, mas nada impede de melhorar sempre, não só a parte estrutural, mas todas as demais, como, CRAS, hospitais, polícias, entre outras, inclusive proporcionando cursos de capacitação e acompanhamento psicológico aos profissionais que atuam nessa área, pois existe uma equipe trabalhando, e desenvolvendo as suas funções muitas vezes em condições precárias. Aproveitou para pedir o apoio dos vereadores, nesse sentido, e conclamou a

sociedade a denunciar quem pratica abusos contra crianças e adolescentes. Agradeceu. **Camila Matos** – discorreu sobre o trabalho da Guarda Civil Municipal frente à temática em questão. Falou que os Guardas Civis Municipais atuam nos principais logradouros públicos, como Orla Tawmanan, praças, terminais de ônibus, entre outros, sempre em parceria com a sociedade, através de denúncias, com a Rede de Proteção e com o Conselho Tutelar; que são capacitados durante o curso de formação a identificar diversos crimes, inclusive o de exploração sexual, e que eles trabalham no sentido de orientar essas crianças e adolescentes, quanto aos riscos que eles estão correndo, inclusive, existe o trabalho de ronda (ROMU), no qual os guardas vão até as escolas da Prefeitura para orientar as crianças, através de palestras, não só sobre o tema em questão, mas também sobre o uso de álcool, drogas, violência doméstica, entre outros problemas sociais, e que em alguns casos a Guarda Civil encaminha esses jovens ao Pronto Socorro, quando necessário, ou ao Conselho Tutelar para as devidas providências, e o suspeito é encaminhado à Delegacia. Agradeceu. **Audilene Serra** – frisou que, praticamente todos os dias, convivem com o tema nos Conselhos Tutelares do Município; que trabalha no único Conselho Território Número Um diretamente com crianças e adolescentes nas áreas tidas como as de maior dificuldade, tanto de comunicação quanto de visibilidade que são a rural e a indígena do Município de Boa Vista, fato esse, que torna o trabalho do referido Conselho ainda mais complicado, uma vez que os abusadores aproveitam-se dessa situação para cometerem seus crimes. Afirmou que, infelizmente as referidas áreas citadas ainda são menos atendidas, e não deveria ser assim, pois o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente garante a todas as crianças, o direito a serem protegidas, independente de questões religiosas, geográficas ou culturais. Agradeceu ao Quinto Distrito Policial, aos hospitais, maternidades, redes de proteção, enfim, a todos os parceiros do Conselho pela inestimável contribuição no que tange a minimizar os conflitos e sequelas na vida das crianças e adolescentes. Finalizou. **Flávio Corsine Lírio** – agradeceu a Câmara pelo espaço aberto, ao Conselho Tutelar por ter solicitado a Audiência e informou a todos que no próximo dia dezoito também estariam reunidos para tratar do mesmo assunto na Assembleia Legislativa do Estado - ALE. Falou que, infelizmente o país passa por uma situação muito triste com a questão das reformas trabalhista e da previdência e, isso trará ainda mais mazelas para as famílias, ou seja, esse momento de crise também irá refletir na vulnerabilidade da criança e do adolescente, sobretudo nas áreas mais pobres do Município. Então, falar da Rede de Proteção é falar de todas essas questões e dos direitos sociais que estão sendo negados nesse momento. Porém, no meio de tanta tristeza, frisou que recentemente foi aprovada no Congresso Nacional, a reformulação da Lei do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, especialmente na questão da escuta qualificada e do depoimento especial, portanto é importante que todos os órgãos e entidades que trabalham diretamente com o tema, estudem a fundo a reformulação dessa Lei, pois, apesar de as estatísticas apontarem para uma diminuição de atendimentos

especializados para os casos de abuso e violência sexual, de dois mil e onze para cá, ele acredita que se isso vem acontecendo é porque, provavelmente a Rede não esteja fazendo o seu papel, e talvez devido a isso, as crianças, os adolescentes e as famílias, não estejam chegando aos CREAS para serem atendidos. Enfatizou a Rede o Grito pela Vida, das irmãs da Igreja Católica e o jogo interativo acerca do assunto em questão, que está disponível para a Prefeitura. Finalizou dizendo que deixou um documento com a assessoria do Vereador Linoberg com várias reivindicações, dentre as quais, sugere um CREA itinerante. Agradeceu. **Denise Calil** – frisou que a Comissão da qual ela é presidente, tem apenas dois meses de criação na Seccional de Roraima e muito trabalho pela frente; que entende que o problema é estrutural e não acredita que haja, no cenário atual, condições de melhorar, uma vez que, segundo ela legislação nós temos, o que falta é agir, porque o pedófilo sempre existiu e isso, só vai mudar um dia quando mudarmos as questões cultural e educacional com relação à mulher e à criança, pois devido à ausência de políticas públicas voltadas para elas, especialmente no que tange à educação, ainda são submetidas a esses crimes, algumas vezes, infelizmente por pessoas da própria família. Aproveitou para informar sobre o Primeiro Congresso Nacional de Crianças e Adolescentes que acontecerá no Rio de Janeiro no mês de junho. Agradeceu. **Simone Queiroz** – cumprimentou todos os presentes em nome do seu filho, o Vereador Renato Queiroz, e fez uma saudação especial à senhora Ivone Sallucci por quem tem grande admiração. Frisou que fez questão de comparecer, porque acredita piamente que, através do diálogo, das audiências e do compartilhamento de informações e opiniões ocorrerão avanços que irão minimizar a problemática em questão; que tem muito amor a esta causa, até porque tem filhos e netas; que a responsabilidade com as crianças e adolescentes não é só do poder público, ela precisa ser compartilhada com a família e a sociedade; que a Prefeitura de Boa Vista, através dos sete CRAS e de um CREAS, trabalha diariamente no sentido de buscar amenizar tal situação; que é preciso perceber as falhas e identificar onde estão ocorrendo esses ilícitos, reforçando o vínculo que as crianças e os adolescentes precisam ter com a família e a escola, bem como fortalecendo o trabalho no sentido de protegê-los. Colocou-se à disposição e agradeceu. **Verlânia Silva de Assis** – discorreu sobre o trabalho da Polícia Civil com relação à estrutura da qual dispõem para o atendimento da criança e do adolescente enquanto vítimas; que lá existe uma delegacia de vulneráveis; que o trabalho acontece em parceria com a sociedade, através de denúncias anônimas e com a Guarda Municipal, os Conselheiros Tutelares e a Polícia Militar; que cabe à Delegacia, receber a denúncia procurar ouvir as vítimas e encaminhá-las para serem acompanhadas psicologicamente e fazerem os exames necessários, bem como preparar toda a investigação na tentativa de identificar os autores dos crimes, que infelizmente normalmente fazem parte do ambiente familiar, doméstico e comunitário, e as mães muitas vezes mesmo não sendo coniventes, elas são completamente omissas. Finalizou dizendo que a responsabilidade com a criança e o

adolescente não é só da polícia e do poder público de um modo geral, mas de toda a sociedade. Agradeceu. **Keila Thomé:** falou do trabalho feito nas escolas com crianças de dois a três anos nas casas mãe, de quatro a cinco anos no pré-escolar e de seis a dez anos no ensino fundamental. Informou que trabalham com doze projetos específicos nas áreas de saúde, trânsito, e meio ambiente e, em parceria com o Ministério Público e a Secretaria de Gestão Social; que isso tudo ocorre durante o ano inteiro. Explicou que o professor, que tem o contato diário com o aluno, identifica facilmente se a criança apresenta comportamento diferente, principalmente no horário do lanche ou intervalo. Identificando a situação encaminha o caso ao gestor da escola, que procura o Conselho Tutelar ou CREAS. Em seguida, o caso é levado à secretaria, lá existe um núcleo que trabalha acompanhando os casos que são identificados. Agradeceu. **Marcela Medeiros** – disse que a sociedade brasileira vive essa angústia da violência sexual contra a criança e o adolescente e no nosso Município não é diferente, porém, a Prefeitura tem o Programa Família que Acolhe, o qual atende mais de oito mil famílias. Explicou que atualmente as famílias, infelizmente se desresponsabilizam do dever que é delas de cuidarem das suas crianças e procuram levar a responsabilidade ao poder público ou para a escola. Salientou que a Prefeitura atua em várias redes para atender esses casos com muita responsabilidade, e informou que existe um trabalho constante do Executivo Municipal de atendimento às vítimas, através do Ministério Público, CRAS, CREAS, Escolas e Unidades de Saúde. Agradeceu. **Parima Veras** – acrescentou que, todas as crianças ou adolescentes que passaram por esse sofrimento e por essa dor, nunca mais serão os mesmos, porém, acredita que, com os órgãos bem aparelhados e com as pessoas bem orientadas, com certeza aumentarão os números de denúncias e os casos diminuirão. Disse que atualmente existe uma consciência maior por parte dos órgãos, ou seja, agora a Vara de Infância é comunicada a respeito dos casos bem mais do que era antes. Sendo assim, a cara desse crime está mais exposta. Informou que o Tribunal de Justiça dispõe de uma delegacia na qual existe uma vara específica para os casos de abuso sexual, ali a criança e o adolescente são atendidos sem nenhuma exposição. Defendeu que é preciso combater a causa, a origem do problema, uma vez que muitas famílias estão comprometidas com drogas, portanto é necessário atuar com políticas preventivas e protetivas que não reflitam negativamente no papel dos pais e professores, que muitas vezes se sentem sem autoridade nenhuma sobre seus filhos e alunos. Enfatizou que a tarefa de cuidar dos filhos é dos pais, e crianças e adolescentes precisam de disciplina e respeito, especialmente no ambiente familiar e na escola. Agradeceu. Vereador **Zélio Mota** – destacou que é preciso trazer o problema para a sociedade fazer uma reflexão, para que as crianças tenham melhores condições de vida. Agradeceu. Vereador **Nilvan Sousa** – falou que essa Casa tem debatido sobre assuntos importantes que são levados com relevância grandiosa para a sociedade de Boa Vista. Disse que a pedofilia ocorre muitas vezes, porque algumas pessoas se calam, por medo de

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

represálias. Clamou a sociedade para que não deixem de denunciar. Afirmou que a educação dos filhos é dever dos pais e não da escola. Agradeceu. Vereador **Renato Queiroz** - relatou um fato ocorrido em sua família. Falou do seu respeito em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, porém, deixou claro que criança precisa de disciplina, para que cresça com limites. Disse, ainda, que a solução para todos os problemas está dentro da casa de cada um. Agradeceu. Vereadora **Doutora Magnólia** – falou, entre outras coisas, que a violência sexual está dentro da Atenção Integral da Saúde da Mulher. Frisou que os trabalhos no combate a esses crimes, deveriam ser enfatizados e direcionados às crianças e aos adolescentes. Finalizou dizendo que se a denúncia for feita nas primeiras setenta e duas horas, com certeza, poderemos mudar um pouco a cabeça da criança violentada e contribuir, com relevância, na sua vida futura. Colocou-se à disposição e agradeceu. Vereadora **Mirian Reis** - falou da importância do tema para a nossa sociedade. Destacou a falta de amor e de valores nas famílias. Enfatizou que o pai precisa ter autoridade sobre o filho através do carinho e da atenção, mas com disciplina e amor. Agradeceu. Vereador **Ítalo Otávio** – discorreu sobre a falta de respeito que existe nas famílias; que isso gera consequências e problemas futuros com droga e álcool e, o diálogo é fundamental dentro da família; que as crianças são o futuro da nossa sociedade. Agradeceu. Vereador **Pastor Jorge** – disse que esse problema vem de uma questão cultural milenar muito séria; que o Brasil precisa mudar essa cultura, para que não sejamos coniventes com tal situação. Agradeceu. Vereadora **Aline Rezende** – falou que para solucionar essa problemática é preciso começar pela família e não colocar as soluções do problema apenas nos órgãos públicos; que o diálogo dentro de casa é fundamental. Agradeceu. Vereador **Doutor Wesley** - frisou que as leis acabaram tirando o direito e a autoridade dos pais, e como médico e pediatra, percebe essa situação no cotidiano; que concorda com a disciplina na educação. Agradeceu. Não havendo mais nada a tratar, o senhor **Presidente** declarou encerrada a presente Audiência Pública às doze horas e vinte e cinco minutos. Plenário "**Estácio Pereira de Mello**", Boa Vista/RR, treze de junho de dois mil e dezessete. XXXXXX

José Francisco Lopes de Albuquerque
Presidente